

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)



A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 2

Atena
Editora
Ano 2020

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)



A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E19 A economia numa perspectiva interdisciplinar 2 [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-983-7
 DOI 10.22533/at.ed.837201902

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia – Pesquisa – Brasil. I. Pavan, Lucca Simeoni.

CDD 330

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Cada vez mais o conhecimento se torna o produto mais valioso em nossa sociedade. A proposta desta edição está no cerne deste acontecimento. Aqui são apresentados diversos trabalhos dos mais variados assuntos e agora com pesquisas feitas tanto por instituições brasileiras quanto europeias, mais especificamente portuguesas.

Como o próprio título deste livro ressalta, a interdisciplinaridade faz parte da construção desta coletânea, cujos trabalhos desenvolvidos abordam temas como o agronegócio, agricultura, mercado de peixes, saúde mental e previdência, temas estes referentes às pesquisas feitas por instituições brasileiras. Percebe-se a vocação natural do Brasil quanto às questões agrícolas, além da urgência e relevância dos assuntos pertinentes à saúde mental dos brasileiros e do financiamento da seguridade social que suporta estes cidadãos incapacitados.

Com respeito aos trabalhos desenvolvidos por instituições portuguesas, os temas tratados foram renda básica universal, reforma do sistema de pensões e consistência dos mecanismos de proteção social, regulação de recuperação financeira de entidades subnacionais e design aplicado à indústria. Pelos temas abordados pelas instituições portuguesas, fica evidente como questões sociais e de responsabilidade do governo ainda estão em voga na discussão acadêmica deste país. Estes temas de pesquisa são demandas da sociedade cujo debate ficou acalorado após a crise financeira mundial de 2008 e 2009, onde Portugal, juntamente com Espanha e Grécia estiveram entre os países europeus que mais sofreram consequências nefastas com esta recessão mundial.

Com isso, antecipo aos leitores que aqui encontrarão um aprofundamento nos temas destacados, além da oportunidade de analisar como se diferenciam e se assemelham as pesquisas realizadas pelas instituições brasileiras e pelas instituições portuguesas.

Lucca Simeoni Pavan

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DA CRISE POLÍTICO-ECONOMICA DA VENEZUELA E SEUS IMPACTOS NO SETOR DE AGRONEGÓCIOS PARAENSES ENTRE 2012-2017	
Victor José Lima da Silva Brandão Nara Marques Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.8372019021	
CAPÍTULO 2	14
PARADIGMA TECNOLÓGICO NA AGRICULTURA PARAENSE: O CASO DA CULTIVAR DE AÇAÍ BRS-PARÁ	
Sheila de Souza Corrêa de Melo Patrícia de Paula Ledoux Ruy de Souza Enilson Solano Albuquerque Silva Aldecy José Garcia de Moraes Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8372019022	
CAPÍTULO 3	20
O MERCADO DE PEIXE NAS PRINCIPAIS FEIRAS LIVRES DE BELÉM, NO ESTADO DO PARÁ	
Gisalda Carvalho Filgueiras Oriana Trindade de Almeida Alan Tiago Corrêa Sergio Luiz de Medeiros Rivero	
DOI 10.22533/at.ed.8372019023	
CAPÍTULO 4	32
SAÚDE MENTAL E RENDA: IMPACTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS NA ECONOMIA REGIONAL	
Patrício Francisco da Silva Hudson Wallença Oliveira e Sousa Larissa Carvalho de Sousa Marilsa de Sá Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8372019024	
CAPÍTULO 5	45
RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL: A PERCEÇÃO EM PORTUGAL	
Diamantino Ribeiro Cristiana Silva Azevedo João Filipe Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8372019025	
CAPÍTULO 6	75
REFORMA DO SISTEMA DE PENSÕES E CONSISTÊNCIA INTERTEMPORAL DA PROTECÇÃO SOCIAL	
Jorge Miguel Ventura Bravo	
DOI 10.22533/at.ed.8372019026	

CAPÍTULO 7	92
REGULAÇÃO DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS: UMA REFLEXÃO COMPARADA SOBRE A EXPERIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	
Flora Hermengarda de Pinho e Cunha Lobo	
DOI 10.22533/at.ed.8372019027	
CAPÍTULO 8	108
DO PATRIMÓNIO À CRIATIVIDADE DOS CIDADÃOS – A ECOLOGIA DO DESIGN E PARTICIPAÇÃO NO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DE PAREDES	
Jorge Brandão Pereira Heitor Alvelos Vitor Quelhas	
DOI 10.22533/at.ed.8372019028	
SOBRE O ORGANIZADOR	122
ÍNDICE REMISSIVO	123

O MERCADO DE PEIXE NAS PRINCIPAIS FEIRAS LIVRES DE BELÉM, NO ESTADO DO PARÁ

Data de aceite: 13/02/2020

Gisalda Carvalho Filgueiras

Profa. Dra da Universidade Federal do Pará -
FACECON

Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/6277433193625866>

e-mail: gisaldaf@yahoo.com.br;

Oriana Trindade de Almeida

Profa. Dra. da Universidade Federal do Pará -
NAEA

Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/0325909843645279>

e-mail: orianaalmeida@yahoo.com

Alan Tiago Corrêa

Graduando do Curso de Economista da
Universidade Federal do Pará – FACECON; 7º
Período

Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/6623619383478732>

e-mail: tiagoalan17@gmail.com

Sergio Luiz de Medeiros Rivero

Prof. Dr. da Universidade Federal do Pará -
FACECON

Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/6692406360344209>

e-mail: sergiolmrivero@gmail.com

RESUMO: Este trabalho objetivou analisar a cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará, considerando o fluxo de compra e

vendas e seus respectivos atores envolvidos nesta cadeia, de fundamental importância na economia paraense. Para tanto, foram aplicados 119 questionários no âmbito dos compradores e vendedores de peixe em Belém. Através do estudo, mostrou-se características desse mercado e, o que se percebeu, é a ausência do setor público agindo com maior ênfase na aplicação de políticas que fortaleçam a cadeia produtiva desta atividade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Pesca Artesanal, Cadeia Produtiva, Estado do Pará

THE FISH MARKET AT THE MAIN FREE FAIRS OF BELÉM, IN THE STATE OF PARÁ

ABSTRACT: This work aimed to analyze the production chain of artisanal fishing in the state of Pará, considering the flow of purchase and sales and their respective actors involved in this chain, of fundamental importance in the economy of Pará. To this end, 119 questionnaires were applied under the buyers and sellers of fish in Belém. Through the study, characteristics of this market were shown and, what was perceived, is the absence of the public sector acting with greater emphasis on the application of policies that strengthen the production chain of this activity as a whole.

KEYWORDS: Artisanal Fishing, Production Chain, State of Pará

1 | INTRODUÇÃO

A pesca tem sido uma importante atividade na formação socioeconômica amazônica desde a implantação do regime colonial. Existe no Brasil cerca de 970 mil pescadores registrados, 957 mil são pescadores artesanais. Estes, estão organizados em cerca de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas (MPA, 2014). Estes números já dão uma dimensão da importância da pesca no País.

A região Norte do Brasil produziu, em produtos pesqueiros (pesca extrativa de mar e água doce), no ano de 2010 cerca de 232.177 toneladas, que representou 85% do total pescado no Brasil (274.017), sendo que somente o estado do Pará contribuiu com 52% do total pescado em 2010 de toda a região Norte. Já no ano de 2011, e considerando produção extrativa mais aquicultura, o Norte produziu 326.128,3 toneladas, ou seja, 22,8% do total produzido no Brasil, com 1.431.974,4 toneladas.

Feita esta descrição geral da pesca na Região Norte, parte-se para a análise deste estudo, que trata da pesca artesanal no estado do Pará, com ênfase em Belém, com aplicação de questionários nas feiras da cidade. Neste sentido, o presente trabalho teve por objetivo analisar a cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará, considerando o fluxo de compra e vendas e seus respectivos atores envolvidos nesta cadeia, de fundamental importância na economia paraense.

2 | BASE TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A história das feiras livres em Belém confunde-se com a própria história de desenvolvimento da cidade. Tendo o rio como elemento central de estruturação da vida urbana, a cidade passou a se organizar a partir de relações sócio espaciais mantidas com a região insular mais próxima. Desta maneira, as primeiras atividades econômicas ligadas à atividade comercial estiveram vinculadas à dinâmica do rio, e esta atividade comercial se dava em ambientes ainda precários e abertos para as mais diversas classes sociais, conforme descrito por Medeiros (2010).

Num período mais atual, a ocupação irregular do espaço urbano pelo trabalho informal ainda é visível, pode ser observado em várias partes da cidade de Belém como, por exemplo, nas calçadas, nas ruas e praças, onde o trabalhador ocupa espaços públicos de forma ilegal, para desenvolver alguma atividade que possa lhe garantir uma renda financeira.

Sendo que o crescimento acentuado do setor informal na cidade, é consequência direta tanto da migração rural quanto do deslocamento de trabalhadores de outros estados e regiões do país. Embora os motivos sejam os mais diversos, deixam transparecer a dificuldade de conseguir emprego no mercado de trabalho, ao que se

associam a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional.

Portanto, as feiras livres de Belém tornaram-se um meio de constituir renda para uma grande quantidade de trabalhadores com pouca qualificação profissional e que estão fora do mercado formal de trabalho, segundo SECON (2014) Belém possui 41 unidades de abastecimentos temporárias e permanentes, em sua maioria, estas detêm aproximadamente 5.840 permissionários que vivem da renda gerada com a venda de alimentos, bebidas, serviços, consertos de máquinas, etc.

Neste contexto, diversos estudos tem sido elaborados na tentativa de se compreender a dinâmica dessa atividade que faz parte cultural e social da economia amazônica, assim, se passa a descrever os tipos estudos na área da pesca enquanto um elemento agregador da economia amazônica, com destaque para o estado do Pará, um dos maiores produtores no país como um todo.

Portanto, a pesca tem sido uma importante atividade na formação socioeconômica amazônica desde a implantação do regime colonial. De acordo com Veríssimo (1970), o empreendimento lusitano na região somente floresceu a partir da estabilização da alimentação, conseguida, basicamente, com a produção de mandioca, e o consumo de peixes. Para garantir o pescado, os colonos lançaram mão dos serviços das ordens religiosas (jesuítas, carmelitas, capuchos etc.) que através dos aldeamentos da mão-de-obra indígena, deram origem aos pesqueiros reais, estabelecimentos de currais de pesca para alimentar as cidades e vilas amazônicas.

Após o regime pombalino, os pesqueiros reais foram extintos e sua propriedade passou às mãos dos colonos comerciantes portugueses que passaram a contratar o indígena, formalmente um cidadão livre, para o empreendimento pesqueiro. Conforme Furtado (1981), os proprietários das companhias de comércio que monopolizavam a atividade pesqueira eram, em geral, os proprietários das fazendas, dos seringais e outros meios de produção no Pará e Amazônia. A relação de crédito pela qual a atividade foi se desenvolvendo era a relação de aviamento, uma forma de crédito sem dinheiro, no qual se fornece mercadorias a crédito. Esse sistema que mediou a atividade da borracha e da castanha se constituiu no sistema de financiamento da atividade pesqueira no Pará.

As comunidades e vilas pesqueiras podem ser interpretadas como registros do trabalho cristalizado do modo de produção mercantil sob o qual a Amazônia foi elaborada. Conforme Furtado (1987), importantes vilas pesqueiras do litoral paraense, como Marudá, Camará, Sauuá, Crispim e Tamurateua, toda no município de Marapanim, derivam de estabelecimentos das companhias comerciais. Nos anos 1930, duas companhias comerciais disputavam os recursos pesqueiros no litoral paraense, sendo uma de propriedade de empresários de Soure, e outra de empresários maranhenses. A primeira adquiriu em forma de propriedade uma área

de 50 braças de frente e 638 de fundo, onde atualmente está assentado o sítio da vila de Marudá, e para lá transferiu pescadores oriundos de Soure e do Lago Arari no Marajó.

De acordo com Furtado (1987), esses pescadores receberam em regime de aviamento o material para estabelecer os currais, bem como o material para elaborar suas residências. Em troca, metade de sua produção estaria comprometida para saldar as dívidas com a companhia comercial. Este foi um procedimento corrente no espaço paraense, e como processo derivado tem-se que as comunidades pesqueiras nasceram sob a mediação do regime de aviamento, como crédito, e de parceria, como relação de trabalho. Os anos 1950 representam uma ruptura nesse padrão em virtude das diversas modificações sociais e espaciais que estão ocorrendo no espaço paraense.

As estradas estaduais que vão ligando Belém às cidades e vilas do Nordeste Paraense, principalmente, trazem consigo uma população temporária para muitas vilas, os veranistas, bem como um novo contingente de força de trabalho, oriundo das áreas agrícolas estagnadas. Conforme Loureiro (1985), a migração contínua àquela mesorregião, principalmente de nordestinos, agregou às vilas agrícolas um excedente de trabalho cujas técnicas agrícolas resultaram em minifundização e rápido desgaste do solo, derivando em reforço ao êxodo rumo às vilas e cidades.

Para Loureiro (1985), essa é a origem da força de trabalho despossuída de meios de produção que trabalhará na pesca artesanal nas vilas e cidades sob o regime de parceria. Ocorre que, para Furtado (1987), as equipes de curralistas, pescadores que trabalham com currais de pesca (armadilhas fixas) já possuíam a força de trabalho necessária para a atividade tocada aos moldes do mutirão camponês. O acesso aos meios de produção para a construção de currais exigia a mediação de crédito via aviamento com os donos dos barracões, intermediários da atividade pesqueira que herdaram o posto das antigas companhias comerciais.

Neste íterim, conforme Loureiro (1985; 1983), a partir de outro sistema de crédito, comerciantes convertem-se em novos proprietários da pesca artesanal a partir dos anos 1960 pelo acesso que possuíam ao crédito bancário. Para esta autora, o crédito dos bancos (particularmente Banco da Amazônia e Banpará) voltados à atividade pesqueira não contemplaram o pequeno pescador independente pela exigência de alguma propriedade a ser hipotecada como garantia. Para Mello (1985), essa é a origem recente da concentração dos meios de produção na pesca artesanal, a qual esse autor constatou no município da Vigia, derivando em assimetria entre um pequeno grupo de proprietários e um grande grupo de pescadores despossuídos dos meios de produção (embarcações e apetrechos) trabalham para aqueles em regime de parceria.

Nesse momento, a tecnologia dos currais vai sendo paulatinamente

secundarizada pelas redes malhadeiras. Esse processo contou com o estabelecimento em lojas em Belém que disponibilizavam acesso a esses novos apetrechos a partir de um sistema de crediário. Conforme Furtado (1987), um desses comerciantes, um japonês dono de lojas em Belém, foi o responsável pela distribuição de redes malhadeiras, importadas de São Paulo, específicas para as principais espécies de peixe capturadas no litoral paraense. Esse novo sistema de crédito, emparelhado ao sistema tradicional de aviamento, reforçava a assimetria entre pescadores proprietários e pescadores não proprietários, uma vez que sua mediação exigia a presença dos primeiros em Belém.

Mello (1985) constatou que a pesca artesanal de caráter comercial partia da sobre-exploração do pescador parceiro. Este, despossuído, entregava ao proprietário da embarcação metade do produto extraído, sendo que os custos de reparo dos apetrechos e das embarcações ficavam por conta da tripulação e não dos proprietários. Loureiro (1985) constatou que a essa sobre-exploração somava-se à exploração da mediação, na figura dos marreteiros ou intermediários, até o peixe atingir o consumidor final.

Penner (1984), por sua vez, identificou que a implantação da pesca industrial teve consequências na depredação dos recursos e intensificação do trabalho na pesca artesanal, na medida em que o uso de redes de arrastão provocou sobrepesca de várias espécies, inclusive a fauna acompanhante das espécies comerciais, que eram basicamente a piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*) e o camarão. Isso provocou aumento da mobilidade das frotas da pesca artesanal, intensificação do tempo de trabalho, com viagens que chegaram à duração de quatro meses, e, conseqüentemente, desvalorização do trabalho do pescador.

Santos et al (2005), detalhou o perfil socioeconômico dos pescadores artesanais do nordeste Paraense, seu trabalho apontou que a maioria dos pesquisadores tinha faixa etária entre 35 a 50 anos (40%), a maioria detinha dois anos de estudos e o tamanho da família era de sete (07) pessoas. Os pescadores pescavam até 18 tipos de espécies diferentes para a venda. O estudo revelou que o resultado da produção da pesca nos municípios pesquisados, 88,2% era destinada a comercialização e 11,8% restantes destinados ao autoconsumo. Demais disso, 88,8% do produto comercializado era fresco ou resfriado e 11,2% na forma de pescado salgado.

Pinheiro e Frédou (2004) detiveram-se ao estuário do Amazonas, no sentido de averiguar os recursos desembarcados pela pesca industrial no estado do Pará, além de descrever as principais embarcações desta atividade. Como resultado desta pesquisa, registraram um total de 113 espécies pertencentes a 46 famílias nos desembarques da pesca industrial no Pará nos anos de 2001 e 2002. Deste total, 10 espécies mais abundantes foram responsáveis por 80% e 72% do total capturado nos anos de pesquisa. As pescarias desembarcadas na região Amazônica

provêm de duas categorias distintas de barcos: a frota industrial que utiliza tecnologia sofisticada e a pesca artesanal, com tecnologia simples.

Furtado Júnior et al (2006) fizeram um estudo nas áreas estuarinas e marítimas do estado do Pará. Os resultados apontaram que os maiores desembarques de pescados ocorreram nos municípios de Belém, Bragança e Vigia, sendo que o primeiro pode ser considerado o maior mercado consumidor de peixes, pode adquirir os melhores preços e maiores quantidades e, também, ser o centro de processamento para o setor industrial.

Aviz (2006) estudou as empresas de pescas em Óbidos (APN-Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda. e Empresa Mundial Exportadora Comercial), cujos pescadores (que fornecem o peixe para duas empresas locais) eram filiados na Colônia de Pescadores Z-19. Santana e Ribeiro (2008) analisaram a oferta e demanda de carnes (peixe, frango e carne bovina), de tal modo que as variáveis foram logaritimizadas, de tal forma que pudessem ler lidas (seus resultados) como elasticidades, então, a elasticidade-preço na ordem de $-0,327$ para a carne de pescado significa que a demanda da carne de pescado é inelástica a preço. Para variações de 10% no preço da carne pescado, a quantidade demandada tende a variar em sentido contrário cerca de 3,27%, *ceteris paribus*. A elasticidade-renda está representada pelo coeficiente $-0,283$, indicando que variações de 10% na renda dos consumidores produzem reduções na ordem de 2,83% na demanda da carne de pescado. Portanto, a carne de pescado foi um bem inferior no período analisado. O preço da carne de frango apresentou um coeficiente de $0,176$ indicando que variações de 10% nesse preço, implicará um aumento de 1,76% no consumo de pescado. Por sua vez, Martins (2009) pesquisou o mercado e a relação de trabalho dos pescadores artesanais nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Costa do Tapará, em Santarém-Pará, por meio de pesquisa de campo. Para tanto, aplicou questionários aos agentes mercantis que atuavam nos elos da cadeia produção do pescado daquelas comunidades e, constatou que em nível organização, 100% dos pescadores estavam vinculados a Colônia de Pescadores Z-20 e que estes pescadores utilizavam recursos próprios para desenvolverem suas atividades e que dependiam exclusivamente da renda da pesca para a sua sobrevivência. Portanto, na época da entressafra (defeso), dependiam do seguro defeso para manterem-se e para a recuperação de seus barcos e arreios para a próxima temporada de pesca.

Cavalcante (2011) traçou o perfil socioeconômico dos pescadores do município de Oiapoque, constatou-se que 80% dos pescadores eram do sexo masculino, sendo que 66% detinham o ensino fundamental incompleto e apenas 3% cursaram o ensino médio completo, idade média entre 31 anos e 40 anos, 56% dos entrevistados eram do próprio estado, 75% pescavam na Costa Atlântica do município no (Mar Territorial), 97% desses pescadores utilizam como arte de pesca a rede de emalhar, o tipo de

embarcação mais utilizado na pesca no município é o barco de pequeno porte; a espécie com maior captura no município se deu para a corvina (*Cynoscion sp.*), todavia, o peixe mais comercializado internamente no município de Oiapoque foi a pescada branca (*Plagioscion squamosissimus*). A corvina capturada no município boa parte é comercializada com representantes de empresas de outros estados, onde esta espécie e outras são enviadas por estes para empresas de processamento que são instaladas nos municípios de Calçoene e Santana. A falta de infraestrutura foi apontada como um dos grandes gargalos, assim como energia elétrica insuficiente e o difícil acesso ao município.

No aspecto da competitividade das exportações da pesca brasileira e do estado Pará, Ferreira (2012), identificou os fatores que condicionavam o seu desempenho no período de 1989 a 2010, divididos em dois períodos. Para tanto, aplicou o modelo *Constant Market Share* – CMS e do modelo *shift share* – SS. Os resultados mostraram, para o modelo CMS que para o primeiro período de análise as exportações decresceram, pois houve redução para os principais mercados consumidores (Estados Unidos da América e Japão). No segundo período ampliou-se a participação do país no comércio internacional, em decorrência do aumento da competitividade e por exportar para mercado com maior dinamismo. Para os resultados do modelo SS, foi verificado em nível nacional, que os efeitos preço internacional e taxa de câmbio e nível estadual os efeitos quantidade e taxa de câmbio foram os determinantes para a formação das receitas das exportações de pescado no período analisado. Ferreira (2012) concluiu que o Brasil, apesar de ter elevado potencial pesqueiro, não apresenta uma participação relevante no mercado externo, isso pela falta, essencialmente, de ações governamentais.

Bentes (2013) analisou o impacto da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, no Pará, no tocante ao desequilíbrio do ecossistema rio Tocantins e, o quanto isto afetou a pesca artesanal a jusante da Usina, nos municípios de Baião, Mocajuba e Cametá. Os resultados indicaram um desempenho não satisfatório da pesca artesanal, como resultado das condições de degradação do rio impostas pela represa e pela sobre-exploração; baixo nível de renda e de conhecimento dos pescadores que exercem a atividade; a existência de certo nível de organização político-institucional, por meio dos acordos de pesca, que representam um grande avanço na luta dos pescadores em busca de melhores condições de vida.

3 | METODOLOGIA

Os dados para a análise do fluxo do mercado de peixes no estado do Pará com foco em Belém, foram obtidos via aplicação de 119 questionários em 59 feiras livres de Belém (localização espacial no Distrito de Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro).

Os dados secundários (sobre a produção do setor pesqueiro, exportação, importação, etc...) foram obtidos juntos as instituições de estatísticas, como: FAO, IBGE, IBAMA, MPA, SEPAq e MDIC, em período recente (2004 a 2012, quando possível).

Os dados primários foram tabulados e junto com os dados sobre a evolução da pesca aplicou-se uma estatística descritiva, taxas de variação e crescimento.

4 | RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram entrevistados nas feiras de Belém 119 banqueiros, onde no aspecto relacionado a educação, a maioria (53 banqueiros) têm ensino fundamental incompleto, correspondendo a 45% do total. Em torno 14%, ou seja, 17 banqueiros possuem o ensino médio completo. Por outro lado, apenas 4% (04) possuem o ensino superior completo ou incompleto e apenas quatro (04) banqueiros (3%) sem estudo (Gráfico 1).

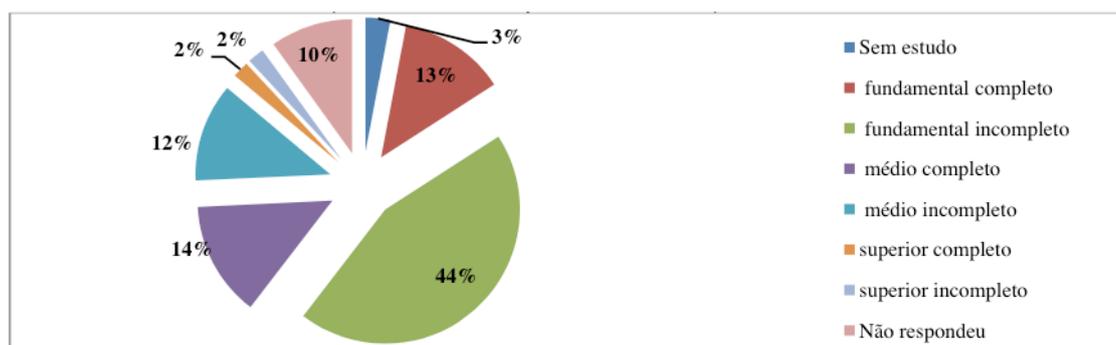


Gráfico 1: Nível educacional dos vendedores de peixes nas Feiras de Belém e distritos (Icoaraci, Mosqueiro, Outeiro), 2013.

Fonte: dados da pesquisa.

A baixa escolaridade evidencia a baixa renda familiar destes vendedores. A maioria (29%) disseram que tem renda familiar entre um e dois salários mínimos, ao passo que nos extremos, 9% disseram que recebem até um salário mínimo e 11% que recebem mais de quatro como renda familiar. Quando questionados sobre o ganho mensal da venda da pesca, 108 (91%) não responderam esta questão. Isto revela, que questões relacionadas sobre se saber se a atividade tem retorno financeiro, não foi possível captar, dado que a maioria escamoteia seu valor real auferido.

No que tange a comercialização nas feiras da cidade de Belém e distritos, verificou-se que 28 espécies eram comercializadas pelos banqueiros entrevistados, sendo a espécie mais comercializada a dourada, onde 79% dos banqueiros disseram vendê-la, seguida por Pescada – branca e amarela (70%), conforme a Tabela 1.

Espécie	Banqueiros	% total	Espécie	Banqueiros	% total
Dourada	91	79%	Mapará	5	4%
Pescada	81	70%	Bagre	4	3%
Gó	34	30%	Pargo	3	3%
Filhote	31	27%	Arraia	2	2%
Piramutaba	28	24%	Bandeirada	2	2%
Gurijuba	22	19%	Piaba	2	2%
Serra	14	12%	Acari	1	1%
Tamuatá	11	10%	Bijupirá	1	1%
Tainha	10	9%	Camarão regional	1	1%
Tambaqui	10	9%	Curvina	1	1%
Caçã	9	8%	Jatuarana	1	1%
Pratiqueira	9	8%	Mandi	1	1%
Sarda	8	7%	Pacu	1	1%
Curimatã	5	4%	Peixepedra	1	1%

Tabela 1: Espécies de peixe mais comercializados nos mercados de Belém.

Fonte: dados da pesquisa.

Com relação ao fornecedor do pescado, 78,2% o compraram de algum “atravessador” e apenas 16,8% diretamente do pescador, o que encarece o produto ao consumidor final. O pagamento a estes fornecedores se dá em sua maior parte pelo pagamento à vista (67%), enquanto que para 29% dos banqueiros é permitida a transação a prazo direto ao fornecedor, outros 4% não responderam.

Procurou-se averiguar os valores de aquisição das espécies de peixes transacionadas para o mercado, em que o banqueiro adquire junto ao atravessador (balanceiro/pescador, etc) e depois revende ao consumidor. Obteve-se 37 espécies de peixes transacionadas pelos banqueiros presentes nas feiras de Belém. Desta forma, a Tabela 2 revela os preços mínimos e máximos, de algumas espécies de pescados transacionadas em feiras abertas de Belém, peixes estes adquiridos e revendidos ao agente final da cadeia (consumidor).

Peixe	COMPRA			VENDA		
	Média de preço-compra	Preço mínimo - compra	Preço máximo - compra	Média de preço - venda	Preço mínimo - venda	Preço máximo - venda
Bagre	5,13	2,00	7,00	8,13	7,00	10,00
Dourada	8,61	1,00	15,00	11,34	6,00	32,00
Pescada	6,84	3,00	15,00	9,69	5,00	25,00
Tamata	5,83	4,00	8,00	8,50	6,00	11,00

Gó	7,02	3,00	11,00	8,97	3,00	15,00
Curimatã	7,60	6,00	9,00	9,20	8,00	11,00
Gurijuba	9,00	5,00	15,00	11,81	7,00	17,00
File de dourada	10,50	8,00	13,00	13,67	13,00	15,00
Acari	3,00	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00
Filhote	14,47	7,00	20,00	18,65	10,00	45,00
Piaba	7,00	7,00	7,00	7,25	5,00	10,00
Tambaqui	9,64	7,00	12,00	11,70	10,00	15,00
Pescada Amarela	12,66	5,00	18,00	16,44	7,00	36,00
Piramutaba	7,27	3,00	70,00	7,42	5,00	14,00

Tabela 2: Fluxo de compra e venda de espécies pescado, nos mercados de feiras do estado do Pará (Belém), em 2013.

Fonte: dados da Pesquisa, 2014.

No que diz respeito ao cenário, do mercado de pesca, ele se mostra promissor, em razão do aumento da população mundial, aumento de renda e mesmo, alguns melhoramentos, no que diz respeito a melhor tecnologia de captura, faz com que a demanda por peixe tenha crescido nos últimos anos. Contudo, a questão da sobrepesca tem sido um grande problema para se resolver, dado que, muitos estoques estão diminuindo cada vez mais, segundo denúncias da *Bloomberg Philantropies* (ONG), indicam uma previsão de demanda para 2030 de mais de 154 milhões de toneladas para uma captura indeterminada.

5 | CONCLUSÕES

A pesca é uma atividade importante no mundo todo, pois nutre, em termos protéicos, gera divisa e trabalho para quem explora este recurso de forma extrativa ou racional (aquicultura). Assim, este trabalho apresentou um panorama geral da atividade no estado do Pará.

Na pesquisa realizada entre os banqueiros de Belém, percorreu-se 59 feiras, em que se aplicou os questionários para ver esta realidade desses comerciantes e quanto movimentam em termos de valores e quantidades, assim como outras performances que caracterizam de forma particular o mercado de pesca no Pará.

Dos 119 banqueiros que se aplicou o questionário, a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto (45%) e 14% o ensino médio incompleto. São comercializadas cerca de 14 espécies, sendo que as mais vendidas: Dourada (79%), Pescada (70%) e Gó (30%). Filhote entra com 27%, em quarta posição de venda. A maioria paga à vista a aquisição de seus produtos junto ao atravessador (67%) e a maioria disse que vende o peixe durante o ano todo.

Ao longo do estudo, percebeu-se a ausência do setor público agindo com maior ênfase na aplicação de políticas que fortaleçam a cadeia produtiva desta atividade como um todo, tendo em vista a sua importância como geradora de riqueza para o Estado.

REFERÊNCIAS

A Pesca Industrial no Pará. Disponível: <http://www.orm.com.br/tvliberal/revistas/npara/edicao3/setor%20produtivo/pesca.htm>. Acesso: 10/01/2014

AVIZ, Adriana de. **A pesca artesanal e a empresa pesqueira no município de Óbidos, Pará.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2006, vol.1, n.2, pp.77-94

BENTES, E. dos S. **Sustentabilidade de pesca artesanal na jusante da usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará.** Belém, 2013. 188 f.:il. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia/ Embrapa Amazônia Oriental, 2013.

CAVALCANTE, R. E. S. **Caracterização da pesca artesanal exercida pelos pescadores na Colônia Z-3 do município de Oiapoque – Amapá.** Monografia (TCC em Extensão Pesqueira). Universidade do Estado do Amapá. 2011, 54 f.

FERREIRA, E. N. R. **Análise da competitividade internacional das exportações de pescado do Brasil e do Pará no período de 1989 a 2010.** Dissertação (Mestrado em Economia). Belém, Pará - UFPA, 2012. 138 f.

FURTADO JÚNIOR, I.; TAVARES, M. C. da S.; BRITO, C. S. F. de. Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueiras. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.1 no.2 Belém May/Aug. 2006.**

FURTADO, L. G. **Curralistas e redeiros de maruda: pescadores do litoral do Pará.** Belém, Museu Emílio Goeldi. 1987

FURTADO, L.G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. *Boi. Mus. Para. Emílio Ooeldi. Nova ser. AntrolJol.*1981 (79): 1-50. abr.

Informe Economic FNP. **ANUALPEC 2012:** Anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2012, 378 f.

LOUREIRO, V. R. **Formas de organização da produção pesqueira no Brasil:** alguns aspectos metodológicos. In: Publicado originalmente em *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática*, 1983

LOUREIRO, V. R. **Os parceiros do mar:** natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém, CNDCT/ CNPq/ Museu Paraense E. Goeldi. 1985, 227 p.

MARTINS, E. de V. **Dinâmica da Economia e das Relações de Trabalho da Pesca Artesanal no município de Santarém.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido, UFPA – NAEA, Belém – Pará, 2009. 105 f.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas nos séculos XVI a XVIII. **Revista Urutágua**, n. 21, p. 57-71, 2010

MELLO, Alex Fiuza de. 1985. **A pesca sob o capital:** a tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA, CFCH.

Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011**. Disponível: <www.mpa.gov.br> . Acesso: dez/2012

PENNER, M.A.S. **A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico**. Belém: UFPA, 1984. 158p.

PINHEIRO, L. A.; FRÉDON, F. L. **Revista Científica da UFPA** <http://www.ufpa.br/revistaic> Vol 4, abril 2004

SANTANA, A.C.; RIBEIRO, D.T. Sistema de demanda de carnes no Brasil: modelo de equação aparentemente não-relacionada. **ANAIS da SOBER**. Rio Branco (ACRE). 20 a 23 de Julho de 2008. Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural.

SANTOS, M. A. S. dos. et al. Análise socioeconômica da pesca artesanal no nordeste Paraense. **ANAIS doXLIII Congresso da SOBER**. Ribeirão Preto, São Paulo, 2005.

SECON. Apresentação do Secretário de Economia. Belém 400. Janeiro de 2014.

SOUZA, M. A. A. de.; PIT, C. **Eficiência e Sustentabilidade Ecológica da Pesca Artesanal no estado do Rio Grande do Sul**. Mimiografado

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 1970, 159 pág

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agronegócio 1

C

Cadeia produtiva 17, 18, 20, 21, 30

Consistência intertemporal 75

D

Desenvolvimento regional 32, 43, 109

Desequilíbrio financeiro 92, 93, 94, 97, 101, 103, 104, 105, 106, 107

Design 88, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

E

Economia solidária 32, 36, 37, 41, 42, 43, 44

Envelhecimento 75, 89

Estado do Pará 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 20

F

Futuro 45, 46, 47, 48, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 88, 89, 120

G

Geração de renda 18, 32, 35, 36, 37, 41, 42

Governos locais 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105

I

Indústria de mobiliário 109, 120, 121

Inovação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 35, 109, 121

P

Pará 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30

Paradigmas tecnológicos 14, 15, 16, 19

Paredes 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121

Patrimônio local 109

Pesca artesanal 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31

Política social 5, 75, 76

Propriedade intelectual 14, 16

R

Regulação ex-post do endividamento subnacional 92

Rendimento básico universal 45, 46, 52, 55

S

Saúde mental 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44

Sistemas de pensões 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 89

T

Trabalho 1, 2, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 121

V

Venezuela 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

 **Atena**
Editora

2 0 2 0